



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Recurso nº : 132.275
Acórdão nº : 301-32.560
Sessão de : 23 de fevereiro de 2006
Recorrente : TREVISAN & KONNO LTDA.
Recorrida : DRJ/CURITIBA/PR

**COMPENSAÇÃO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. RESGATE
DE OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS.**

Somente a lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública. Inexiste previsão legal para compensação do empréstimo compulsório da ELETROBRÁS com débitos de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

RECURSO NEGADO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente


VALMAR FONSECA DE MENEZES
Relator

Formalizado em: **28 ABR 2006**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Atalina Rodrigues Alves, Susy Gomes Hoffmann, Irene Souza da Trindade Torres e Carlos Henrique Klaser Filho.

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, que transcrevo, a seguir.

“Trata o presente processo do pedido de restituição de R\$ 326.638,94 (fl. 01), apresentado em 07/10/2004, que seria relativo a três cautelas decorrentes de empréstimo compulsório destinado ao financiamento das atividades desenvolvidas pelas Centrais Elétricas do Brasil S/A – Eletrobrás.

2. Segundo alegado à fl. 01, *“trata-se de crédito (de natureza tributária – empréstimo compulsório) oriundo de (3) três Cautela (sic) de Obrigações das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Ano 1969, de nr série 1466022 e 1466020 e 1466021.”* Alega, também, que *“conforme a lei 4.156/62 lei que institui a emissão das presentes Obrigações, em seu artigo 4 parágrafo terceiro, atribui à União o encargo de responsabilidade solidária do adimplemento destes títulos”,* e que *“o presente pedido de restituição somente está sendo requerido via formulários (papel) haja vista que não consta no Programa PER/DCOMP essa opção de restituição”*.

3. Fundamenta o pedido no art. 1º do Decreto nº 2138, de 1992 (sic), no art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996 (com a redação do art. 49 da Lei nº 10637, de 2002), na Súmula 23 do TRF da 4ª Região, nos arts. 2º, II, 13, par. único, 27 e 28 da IN SRF nº 210, de 30 de setembro de 2002 e na IN SRF nº 047, de 1999.

4. Juntamente com o pedido, a interessada apresentou: cópia de documentos societários (fls. 02/08), cópia das cautelas de obrigação ao portador nºs 1466020, 1466021 e 1466022, emitidas em 1969 (fls. 09/14), planilhas de atualização monetária e laudos periciais (fls. 15/115).

5. Após a pertinente análise, a Delegacia da Receita Federal - DRF em Foz do Iguaçu/PR, em despacho decisório (nº 254/2004) proferido em 29/10/2004 (fls. 119/122), decidiu indeferir o pedido formulado *“por inexistência de previsão legal e por extrapolar a competência da Secretaria da Receita Federal, delimitada no art. 74 da Lei nº 9.430/96, com a redação que lhe foi dada pelo art. 17 da Lei nº 10.833/2003”* (fl. 122).

6. Em 02/12/2004, inconformada, a interessada apresentou, por intermédio de procurador, a manifestação de inconformidade de fls. 125/151, cujo teor é sintetizado a seguir.

7. Inicialmente, após tecer considerações históricas relacionadas com a instituição do empréstimo compulsório da Eletrobrás, esclarece que a referida empresa, *“ao contrair esse empréstimo público junto à sociedade, o fez sob*

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

condições definidas em dispositivos legais, garantindo ao possuidor, que referido resgate se daria pela mais poderosa instituição de crédito do país, qual seja, o Tesouro Nacional, servindo-se, portanto, da confiança dos credores, já que ao contrair referido empréstimo não fixou data fixa (sic), intransponível para que fosse efetuado o resgate, limitando-se tão somente ao pagamento de juros durante o tempo em que detivesse o capital” e que “perpétuos, portanto, são os prazos.”

8. Prossegue, discorrendo sobre a lei que instituiu o empréstimo (subitem 2.1) e sobre a legislação concernente ao prazo para o respectivo resgate (subitem 2.2). Tece, considerações, também, sobre o disposto na Medida Provisória nº 1481-49, de 15 de maio de 1997, e sobre algumas propostas de parlamentares a ela concernentes.

9. No item 5 (sic), “*Das Formas de Liquidação da Dívida*”, insiste que, nos termos da Lei nº 4.156, de 1962, “*a União é solidariamente responsável pelo adimplemento do valor nominal dos títulos em questão*” e que, “*dessa maneira, o proprietário das debêntures, emitidas pela Eletrobrás possui crédito oponível tanto contra a Eletrobrás como contra a União Federal.*” Diz, também, que “*no caso específico, o direito de proceder à compensação encontra fundamento na Constituição Federal, pois vários são os dispositivos da mesma que determinam, ainda que indiretamente*” e que os princípios da cidadania, justiça, isonomia, propriedade e moralidade, elencados na Constituição, suportam o direito à compensação.

10. Na seqüência, diz discordar dos argumentos contidos nos itens 1 a 9 do despacho denegatório já que a União é solidariamente responsável pelo adimplemento do valor nominal dos títulos em questão, nos termos do art. 4º, §3º da Lei nº 4.156, de 1962, “*para qual o crédito pode ser usado para compensação com débitos de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.*”

11. Afirma, ainda, que “*o direito de compensação das debêntures como forma de extinção de crédito tributário está expressa e indubitadamente assegurado pelo artigo 73 e 74 da lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996*” e pelo Decreto nº 2138, de 1997 (transcreve os dispositivos). Cita e transcreve jurisprudência a respeito.

12. Ao final, requer o acolhimento de sua manifestação de inconformidade afim de que possa fazer uso dos créditos contidos nas obrigações da Eletrobrás para: a) compensação de tributos federais de qualquer origem, e b) utilização, desde logo, dos créditos como garantia de dívidas contra a União pelo seu valor atualizado. Protesta, ainda, por todos os meios de prova em direito admitidas.

13. Posteriormente, após intimação, (fl. 153), a interessada apresentou: procuração e extrato de consulta ao sítio da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo na *Internet* (fls. 155 e 157).”

A Delegacia de Julgamento proferiu decisão, nos termos da ementa transcrita adiante:

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

“Assunto: Empréstimo Compulsório

Ano-calendário: 1969

Ementa: EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO EM FAVOR DA ELETROBRÁS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA.

A Secretaria da Receita Federal não é o órgão competente para decidir sobre pedido de restituição de valores relativos a títulos da Eletrobrás emitidos em face de empréstimo compulsório.

Solicitação Indeferida”

Inconformada, a contribuinte recorre a este Conselho, conforme petição, repisando argumentos.

É o relatório.

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

VOTO

Conselheiro Valmar Fonsêca de Menezes, Relator

O recurso preenche as condições de admissibilidade e, portanto, deve ser conhecido.

Por demais esclarecedor, cabe inicialmente tecer considerações sobre a instituição do empréstimo compulsório, objeto do pedido de compensação.

Em primeiro lugar, ressalte-se a posição sempre defendida pelo grande Aliomar Baleeiro, quanto à natureza do empréstimo compulsório, confirmada posteriormente pela Constituição de 1988, conforme transcrição constante da sua obra "Direito Tributário Brasileiro", 11ª Edição, Editora Forense, atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi, em nota da sua lavra, *in verbis*:

"Tanto as contribuições especiais, como os empréstimos compulsórios são tributos afetados à despesa que lhes dá causa e legitimidade.

Sendo de competência privativa da União, os empréstimos compulsórios somente podem ser instituídos por lei complementar federal para cumprir as finalidades, elencadas no art. 148 da Constituição Federal, a saber:

"Art. 148.....

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, 111, b.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição",

Fica, assim, definitivamente assentado na Constituição o caráter tributário dos empréstimos compulsórios e sua submissão ao regime constitucional tributário, inclusive ao princípio da anterioridade, exceção feita àqueles destinados ao custeio das despesas extraordinárias, mencionadas no inciso I do art. 148. Se, como alerta

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

Aliomar Baleeiro, a partir da Emenda Constitucional no. 18/1965, já se afirmara, em Textos Magnos brasileiros sucessivos, o caráter tributário dos empréstimos compulsórios, com a Constituição de 1988 não apenas se ratifica essa sua natureza, mas ainda se lhe enrijecem os requisitos formais e materiais de criação.”

Não há, pois, nenhuma dúvida quanto à consideração do empréstimo compulsório como espécie tributária, após a Carta Constitucional de 1988.

Tratando-se, desta forma, de espécie tributária, há que se analisar a questão sob o prisma das disposições do Código Tributário Nacional e da sua Legislação Tributária suplementar.

Por oportuno, quanto ao caso *in concreto*, vale dizer que o empréstimo compulsório a que se refere o presente processo teve origem na Lei 4.156, de 28/11/1962, a qual, a seguir transcrevemos, *in verbis*, para início de reflexão.

“LEI 4.156 DE 28/11/1962 - DOU 30/11/1962

Altera a Legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras Providências.

(artigos 1 a 23)

ART.4 - Até 30 de junho de 1965, o consumidor de energia elétrica tomará obrigações da ELETROBRÁS, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, correspondentes a 20% (vinte por cento) do valor de suas contas. A partir de 1º de julho de 1965, e até o exercício de 1968, inclusive, o valor da tomada de tais obrigações será equivalente ao que for devido a título de imposto único sobre energia elétrica.

** Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 4.676, de 16/06/1965.*

** Fica prorrogado até 31/12/1973, o prazo deste "caput", conforme disposto na Lei nº 5.073, de 18/08/1966.*

§ 1º O distribuidor de energia elétrica promoverá a cobrança ao consumidor, conjuntamente com as suas contas, do empréstimo de que trata este artigo, e mensalmente o recolherá, nos prazos previstos para o imposto único e sob as mesmas penalidades, em agência do Banco do Brasil à ordem da ELETROBRÁS ou diretamente à ELETROBRÁS, quando esta assim determinar.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 5.073, de 18/08/1966.*

Processo n° : 10936.000163/2004-27
Acórdão n° : 301-32.560

§ 2º O consumidor apresentará as suas contas à Eletrobrás e receberá os títulos correspondentes ao valor das obrigações, acumulando-se as frações até totalizarem o valor de um título, cuja emissão poderá conter assinaturas em "fac-simile".

* § 2º com redação dada pela Lei n° 4.364, de 22/07/1964.

§ 3º É assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal dos títulos de que trata este artigo.

§ 4º O empréstimo referido neste artigo não poderá ser exigido dos consumidores discriminados no § 5º do art. 4 da Lei n° 2.393, de 31 de agosto de 1954 e dos consumidores rurais.

* § 4º acrescido pela Lei n° 4.364, de 22/07/1964.

§ 5º (Revogado pela Lei n° 5.824, de 14/11/1972).

§ 6º (Revogado pela Lei n° 5.073, de 18/08/1966).

§ 7º As obrigações a que se refere o presente artigo serão exigíveis pelos titulares das contas de energia elétrica, devidamente quitadas, permitindo-se a estes, até 31 de dezembro de 1969, apresentarem à ELETROBRÁS contas relativas a até mais duas ligações, independentemente da identificação dos respectivos titulares.

* § 7º com redação dada pelo Decreto-Lei n° 644, de 23/06/1969.

§ 8º Aos débitos resultantes do não recolhimento do empréstimo referido neste artigo, aplica-se a correção monetária na forma do art. 7 da Lei n° 4.357, de 16 de julho de 1964 e legislação subsequente.

* § 8º acrescido pelo Decreto-Lei n° 644, de 23/06/1969.

§ 9º À ELETROBRÁS será facultado proceder à troca das contas quitadas de energia elétrica, nas quais figure o empréstimo de que trata este artigo, por ações preferenciais, sem direito a voto.

* § 9º acrescido pelo Decreto-Lei n° 644, de 23/06/1969.

§ 10. A faculdade conferida à ELETROBRÁS no parágrafo anterior poderá ser exercida com relação às obrigações por ela emitidas em decorrência do empréstimo referido neste artigo, na ocasião do resgate dos títulos por sorteio ou no seu vencimento.

* § 10 acrescido pelo Decreto-Lei n° 644, de 23/06/1969.

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

§ 11. Será de 5 (cinco) anos o prazo máximo para o consumidor de energia elétrica apresentar os originais de suas contas, devidamente quitadas, à ELETROBRÁS, para receber as obrigações relativas ao empréstimo referido neste artigo, prazo este que também se aplicará, contado da data do sorteio ou do vencimento das obrigações, para o seu resgate em dinheiro.

* § 11 acrescido pelo Decreto-Lei nº 644, de 23/06/1969."(grifos nossos)

Com extrema clareza percebe-se que a própria Lei que instituiu o empréstimo compulsório determinou que a sua administração seria da competência da ELETROBRÁS, ao mesmo tempo em que estabeleceu que o resgate das obrigações correspondentes seria procedida junto à mesma, na forma e nos prazos ali determinados.

Desta forma, verifica-se, de pronto, que contraria frontalmente tal Legislação a pretensão de resgate de tais obrigações perante a Secretaria da Receita Federal.

Por outro lado, o instituto da compensação é disciplinado pelo Código Tributário Nacional, em seu artigo que assim dispõe:

"Art. 170.

A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública. "

Por sua vez, a Lei 9.430, de 30 de dezembro de 1996, em seus artigos 73 e 74, assim tratou a matéria:

"CAPÍTULO V - Disposições Gerais (artigos 48 a 79)

SEÇÃO VII - Restituição e Compensação de Tributos e Contribuições (artigos 73 e 74)

Art. 73. Para efeito do disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, a utilização dos créditos do contribuinte e a quitação de seus débitos serão efetuadas em procedimentos internos à Secretaria da Receita Federal, observado o seguinte:

I - o valor bruto da restituição ou do ressarcimento será debitado à conta do tributo ou da contribuição a que se referir;

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

II - a parcela utilizada para a quitação de débitos do contribuinte ou responsável será creditada à conta do respectivo tributo ou da respectiva contribuição.

Art. 74. Observado o disposto no artigo anterior, a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração.”(grifos nossos)

Da leitura dos dispositivos legais citados, por seu turno, depreende-se que não há base legal para que a Secretaria da Receita Federal possa apreciar pedidos de compensação com parcelas do empréstimo compulsório que se analisa, visto que a sua administração não se insere no âmbito de sua competência.

Como vimos, a própria Lei que instituiu o empréstimo compulsório estabeleceu a sua conversão em obrigações resgatáveis junto à ELETROBRÁS, inclusive facultando a esta a possibilidade de proceder à troca das contas quitadas de energia elétrica, nas quais figure o empréstimo de que trata este artigo, por ações preferenciais, sem direito a voto.

Conforme notícia a própria ELETROBRÁS, em seu sítio na rede mundial de computadores, esta conversão já ocorreu, nos termos da histórico que publica, e que se transcreve a seguir:

“O Empréstimo Compulsório, instituído com a finalidade de expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo igual ou superior a 2000kwh, através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O montante anual dessas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório – CICE

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram atualizados monetariamente na forma da legislação em vigor, com base na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e remunerados com juros de 6% ao ano, pagos através das concessionárias distribuidoras de energia elétrica mediante compensação nas contas de consumo de energia. A Lei 7181/87 prorrogou o prazo da vigência do Empréstimo Compulsório até o faturamento de 31/12/1993.

Os referidos créditos foram convertidos em ações, por deliberação da Assembléia de Acionistas da ELETROBRÁS, em três operações de conversão distintas: a primeira, aprovada pela 72ª AGE realizada em 20/04/1988, abrangeu os créditos constituídos no

Processo nº : 10936.000163/2004-27
Acórdão nº : 301-32.560

período de 1978 a 1985; a segunda, aprovada pela 82ª AGE de 26/04/1990, abrangeu os créditos constituídos de 1986 a 1987; e a terceira, aprovada pela 142ª AGE, de 28/04/2005, abrangeu todos os créditos constituídos a partir de 1988."

Por fim, assente-se que ao estabelecer, a lei instituidora do empréstimo compulsório, a forma e o prazo do seu resgate, nos termos em que foram acima expostos, está em perfeita consonância como o comando do artigo 15 do Código Tributário Nacional, que estipula que:

"Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:

I - guerra externa, ou sua iminência;

II - calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;

III - conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

Parágrafo único. A lei fixará obrigatoriamente o prazo de empréstimo e as condições de seu resgate, observando, no que for aplicável, o disposto nesta lei."

Diante do exposto, por expressa ausência de disposição legal para concessão do requerido, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 2006


VALMAR FONSÊCA DE MENEZES - Relator